

OPINIÃO



DESCENTRALIZAR, PELAS PESSOAS

Ponto prévio: queiramos ou não, acreditamos ou não, o Estado somos todos nós. Por muito que insistamos que o Estado é uma entidade abstracta, que vive em Lisboa, e não quer saber de nós, a verdade é precisamente o contrário. O Estado somos todos nós, e quanto mais estivermos conscientes disso, mais sentido fará mantermos um espírito tão crítico quanto intervventivo.

Apresentado o ponto prévio, um estudo relativamente recente do IPPS/ISCTE confirma aquilo que autarcas e cidadãos sentem todos os dias: este Estado (que somos todos nós) torna-se tão mais eficaz quanto mais próximo está das pessoas. Portugal é, histórica e endémicamente, um país centralista, característica acentuada pela nossa voragem para legislarmos sobre tudo e sobre nada. Por isso, temos hoje um país assimétrico, em termos territoriais, com respostas descontextualizadas (ou inexistentes), em termos de serviços públicos, e distante de quem decide. Temos, assim, menos coesão territorial, menos democracia, menos desenvolvimento.

Também por isso, o papel dos municípios é fundamental. Ninguém melhor do que as câmaras municipais conhece as necessidades das populações, os recursos de que dispõem e as especificidades dos territórios. Quando lhes são delegadas competências no âmbito da Educação, da Ação Social,

da Saúde, da Habitação ou no que diz respeito à gestão do espaço público, abre-se a porta a que possam, finalmente, adaptar as políticas públicas às realidades locais, desconstruindo as soluções uniformes e ineficazes que partem do Estado central. Quando (e se) devidamente financiadas (e dotadas de recursos

humanos adequados), estas acções de descentralização tornam a gestão mais eficiente, mais transparente e mais próxima das pessoas. E esse deve ser o foco: as pessoas.

A descentralização, por princípio, é não só um ganho para os municípios, como também um reconhecimento da sua presença, do seu valor, da sua acção. Quando aplicada a territórios de identidade forte, geografia exigente e população dispersa, os desafios deixam de estar ligados à luta contra o centralismo, e passam a estar na proximidade, na valorização do que é endógeno, no cuidado prestado ao outro. Na Ação Social, esta proximidade às famílias e às instituições locais permite mais facilmente (e com maior rapidez) sinalizar situações de vulnerabilidade, e respostas mais ágeis e eficazes. Na Educação (área que este estudo diz ser a mais adequada para que mais competências sejam transferidas), a gestão descentralizada de equipamentos e dos apoios aos alunos permite um acompanhamento mais atento e personalizado. O foco: as pessoas.

Este estudo do ISCTE conclui que, para as populações, são, de facto, as câmaras municipais quem está em melhores condições para aplicar as políticas sectoriais destas áreas descentralizadas. Aliás, diz-nos mesmo que seria desejável que as autarquias tivessem ainda mais competências, o que reforça a confiança positiva que os portugueses têm nos seus municípios e a percepção que têm de que são eles quem lhes proporciona melhorias na qualidade de vida.

Por estes dias, os autarcas elegem os presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), no caso de Arouca, do Norte. Estes organismos, que têm protagonizado acções de verdadeira descentralização, e que têm desempenhado um papel fundamental na promoção da coesão territorial e na aplicação criteriosa dos fundos comunitários, deveriam, também segundo este estudo, ser eleitas directamente. Seria mais uma forma de cultivar a proximidade, e talvez até de credibilizar a política, retirando-a dos salões onde se conspira, negoceia e (des)governam mais de olho no umbigo de cada um do que no bem comum. É este paradigma que temos de alterar. Retirar o poder dos ministérios, e partilhá-lo com quem está no terreno. Assim se fortalecem as instituições e a confiança que lhes devemos. Assim se garante um serviço público de proximidade, de qualidade, de e para todos.

O desenvolvimento constrói-se a partir dos territórios, de comunidades fortes, coesas e capazes de desenharem o seu futuro. Descentralizar, não enfraquece. Antes fortalece esse Estado, que somos todos nós, e que deve estar focado no que realmente importa: as pessoas.

“
*Retirar o poder
dos ministérios,
e partilhá-lo*
”

2º “ECOS entre as Serras” despediu-se após passar por Vila Viçosa e Santa Eulália

A segunda edição do “ECOS entre as Serras - Ciclo de Música da Freita ao Montemuro” chegou ao fim no passado dia 14 de Dezembro, na Biblioteca D. Domingos de Pinho Brandão, no Mosteiro de Arouca, depois de apresentações em Vila Viçosa e Santa Eulália. Três concertos em contextos distintos, com uma aposta clara na qualidade artística, na proximidade aos públicos e numa mediação discreta - deixando a sensação de que a música não passou apenas: ficou a ecoar.

O último concerto, de elevada densidade, reuniu o violoncelista francês Christophe Roy a dois intérpretes já conhecidos do público: o pianista Jun Bouteley-Ishido e a violinista Matilde Loureiro, responsáveis artísticos do ciclo de música. Os três músicos, formados em instituições de referência e com carreiras internacionais como intérpretes a solo e em música de câmara, desenvolvem também actividades de ensino e programação, tendo demonstrado grande maturidade e cumplicidade em palco.

O programa do concerto contemplou duas obras para piano e violoncelo, ambas do início do século XX - a Sonata para violoncelo e piano em ré menor, op. 40, do compositor russo Chostakovitch, e Pohádka (Contos de fadas) do checo Janáek, dois importantes marcos do modernismo europeu - culminando com o Trio n.º 1 em si bemol maior, D. 898, uma das últimas composições de Franz Schubert, obra-prima do início do século XIX.

Ao longo da apresentação, Matilde Loureiro introduziu brevemente cada obra, convidando o público a uma escuta atenta e à descoberta, em consonância com o espírito do ECOS, pensado para acolher tanto o público habituado à música clássica como ouvintes curiosos e novos apreciadores.

A interpretação do Trio destacou a emotividade, riqueza melódica e o equilíbrio entre os três instrumentos, proporcionando um final envolvente e muito apreciado pela assistência - entre



aplausos demorados, ouviu-se um espontâneo “Bravo”.

O ciclo teve início em Outubro, no coreto de Vila Viçosa (Espiunca), num ambiente ao ar livre que aproximou a música da paisagem e do quotidiano da população. Este primeiro encontro ficou marcado pela partilha musical e pelo convívio comunitário.

Matilde Loureiro e Jun Bouteley-Ishido, com ligações familiares e afectivas aolugar, interpretaram obras de Joseph Haydn e Béla Bartók para duo de violinos, e uma sonata de Eugène Ysaÿe para violino solo, maioritariamente influenciadas pela música popular. Seguiu-se a apresentação de canções tradicionais por um grupo de habitantes, ensaiadas para a ocasião, assim como a actuação de uma criança da aldeia, que interpretou duas peças para guitarra. O encontro terminou com um lanche partilhado.

O segundo concerto decorreu na Igreja de Santa Eulália, no dia 8 de Dezembro, data da inauguração das Obras Jubilares, a convite do pároco José Pedro Novais, num momento de especial significado para a paróquia.

Foi uma igreja renovada e resplandecente que recebeu e reuniu a comunidade em torno da música, com o violino novamente a assumir o protagonismo. A solo ou em duo, Matilde Loureiro e Jun Bouteley-Ishido interpre-



taram obras de Bach, Haydn, Bartók, Enescu e Kurtág, atravessando um amplo arco histórico, do Barroco à contemporaneidade, e evidenciando a versatilidade expressiva do instrumento.

Promovido pelo Círculo Cultura e Democracia, em parceria com a Câmara Mu-

nicipal de Arouca, as Paróquias de Espiunca e Santa Eulália, a Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, o Mosteiro de Arouca, e com o apoio da CCDR-N, o “ECOS entre as Serras” é um projeto cultural a acompanhar.

MD

Biblioteca Municipal de Arouca continua a funcionar provisoriamente no Mosteiro



As obras de renovação da Biblioteca Municipal de Arouca iniciaram-se a 4 de Novembro de 2024, numa empreitada com duração prevista de nove meses.

Passados catorze meses desde o arranque das obras, a Biblioteca continua a funcionar no Mosteiro, na antiga sala D. Domingos de Pinho Brandão.

O número de utentes tem sido residual naquele espaço que não oferece as condições térmicas e de conforto adequadas. Segundo RODA VIVA conseguiu apurar, a mudança do acervo literário e de todo o restante equipamento para a Biblioteca renovada está prevista para o primeiro trimestre deste ano.



OPINIÃO



O FUMO QUE O FUTURO NOS TEIMA EM TRAZER

Em 1914, o mundo parecia seguro em estruturas diplomáticas que, à primeira vista, prometiam estabilidade. No entanto, uma trama de rivalidades nacionalistas, alianças rígidas e ambições territoriais, desencadeou o maior conflito que o planeta havia visto — a Primeira Guerra Mundial.

Mais de um século depois, ao iniciarmos 2026, o cenário geopolítico internacional exibe inquietantes similaridades com aquele que dominou as décadas que precederam o conflito de 1914: nacionalismos ascendentes, questionamentos do direito internacional e grandes potências a desafiar as normas estabelecidas.

O século XXI tem sido marcado por um ressurgimento de políticas de identidade nacional. Enquanto, no início da década de 2010, o multilateralismo parecia robusto, as políticas recentes revelam um desafio direto a esse paradigma. Os Estados Unidos, sob a liderança de Donald Trump, ampliaram recentemente essa retórica, promovendo ações de intervenção direta, desconstruindo o princípio fundamental de não intervenção que rege as relações internacionais desde a Segunda Guerra Mundial. O novo ano iniciou com as forças americanas a realizaram uma operação militar em Caracas, resultando na captura do presidente venezuelano Nicolás Maduro, um ato amplamente descripto por críticos como uma violação flagrante da soberania venezuelana e do direito internacional.

Tal ação remete para o tipo de desafios que os sistemas diplomáticos de 1914 enfrentaram quando potências imperialistas testavam os limites da legitimidade para ganhos estratégicos — abrindo fissuras que transformaram tensões regionais em conflitos globais.

Paralelamente, a proposta de anexação da Gronelândia — território autónomo sob domínio da Dinamarca — acendeu alarmes diplomáticos em toda a Europa. Líderes europeus, unindo vozes em solidariedade com a Dinamarca, afirmaram que qualquer tentativa unilateral de tomada de um território soberano seria uma afronta, não apenas à soberania dinamarquesa, mas ao arcabouço do *status quo* internacional que tem mantido a paz entre grandes potências desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

A Groenlândia, rica em recursos minerais e estrategicamente localizada no Ártico, simboliza o ressurgimento de ambições territoriais que, no passado, alimentaram disputas entre impérios europeus.

As declarações norte-americanas de que “a utilização dos militares é sempre uma opção” para adquirir o território, reforçam uma lógica de poder duro que muitos analistas compararam ao imperialismo clássico —

uma lógica que ignora tratados internacionais e alianças antigas, inclusive as que sustentam a própria Organização do Tratado do Atlântico Norte.

A ofensiva contra Maduro provocou uma onda de inseguranças políticas na América Latina. Colômbia e Cuba, países vizinhos e protagonistas históricos de rivalidades ideológicas com os EUA, observam com apreensão a evolução dos acontecimentos. O presidente americano chegou a mencionar possíveis ações em relação a esses países, o que mantém uma sombra de incerteza sobre a estabilidade regional.

Por um lado, para a Colômbia, a retórica agressiva pode significar maior pressão diplomática e económica, além de riscos de escalada de confrontos indiretos que concorrem com antigas doutrinas de influência hemisférica — em certo sentido, um eco moderno da Doutrina Monroe adaptada a um contexto de poder global em competição.

Por outro lado, para Cuba, cujo tecido socioeconómico ainda se recupera de décadas de isolamento e limitações de comércio, a combinação de choques externos e queda de aliados tradicionais, como a Venezuela, prenuncia desafios humanitários e políticos de curto prazo.

O conjunto dessas ações, intervenção militar direta, ambições territoriais e negação tácita de princípios fundamentais do direito internacional, indica que não estamos apenas diante de crises isoladas, mas de um possível redesenho da ordem global.

Historicamente, períodos de rápida mudança geopolítica — como os que antecederam 1914 — são caracterizados por rivalidades mal contidas e alianças estratégicas rígidas. Embora as circunstâncias de 2026 sejam profundamente distintas em tecnologia, economia e estrutura transnacional, o elemento central de competição entre grandes potências persiste.

Assim, 2026, pode tornar-se num ponto de inflexão histórico. Não necessariamente no sentido de um conflito mundial total, mas como um momento em que a ordem internacional definida após 1945 enfrenta seu maior desafio em décadas. As sementes de tensões nacionalistas e rivalidades territoriais, se não forem contidas por diplomacia eficaz, podem germinar em ruturas profundas no sistema global, relembrando os perigos que conduziram o mundo ao abismo há mais de um século.

Por isso, no curto prazo, a escalada de tensões pode evoluir em várias direções. Não me arrisco a adivinhar.

A única pista para o que o homem pode fazer, é o que já fez. E as pistas não nos conduzem a momentos de grandes esperanças.

OURIVESARIA ESTEVES



- Ourivesaria
- Relojoaria
- Joalharia
- Óptica

Há mais de meio século
ao serviço de Arouca

Avenida 25 de Abril, 18 / C - 4540-102 AROUCA - Tel. 256 943 235

STA. EULÁLIA

Inauguração das Obras Jubilares na Igreja Paroquial



A comunidade paroquial de Santa Eulália de Arouca reuniu-se na manhã do passado dia 8 de Dezembro, pelas 10h00, na Igreja Paroquial, para viver um momento de grande relevância para a comunidade: a solenidade da Imaculada Conceição e a inauguração das Obras Jubilares, que incluíram o restauro de dois altares colaterais, trabalho recentemente concluído após mais de seis meses de trabalho.

A Eucaristia foi presidida por D. Roberto Mariz, bispo auxiliar do Porto, e concelebrada pelo padre José Pedro de Magalhães Novais, pároco da freguesia. Estiveram também presentes o Conselho Económico (Comissão Fabriqueira), dois conservadores-restauradores em representação da Dalmática, Conservação & Restauro, empresa responsável pela intervenção, a presidente da Câmara Municipal, o presidente da Junta de Freguesia (ex-membro da Fábrica da Igreja), bem como numerosos paroquianos que contribuíram activamente para a realização destas obras.

A Eucaristia foi celebrada com grande solenidade e intensa espiritualidade. Na sua homilia, D. Roberto Mariz dirigiu palavras de reconhecimento à comunidade, sublinhando que «uma comunidade unida pela fé é capaz de realizar obras que perduram para as gerações futuras». O Prelado sublinhou ainda a importância do cuidado com o património religioso, afirmando que «a casa de Deus é um edifício de todos, que deve ser preservado para as gerações futuras».

No final da celebração, o padre José Pedro usou da palavra para expressar um sentido agradecimento a todos os presentes e, de modo muito especial, aos paroquianos, salientando que sem a sua generosidade e empenho não teria sido possível concretizar um projeto desta dimensão. Agradeceu igualmente o trabalho dos membros da Fábrica da Igreja, de todos os colaboradores envolvidos e a presença das entidades civis que quiseram associar-se a este momento marcante na vida da paróquia. E terminou com uma dedicatória muito especial: «Estas Obras Jubilares são dedicadas aos mais novos, às crianças e aos jovens da nossa comunidade. Caros amigos, é nas vossas mãos que colocamos tudo isto. Estas Obras são para vós. E é fácil perceber porquê. Sejamos realistas: mui-

tas das pessoas que agora se empenharam e fizeram generosas ofertas para que estas obras acontecessem não o fizeram a pensar em si, não o fizeram a pensar na meia dúzia de anos que terão para as apreciar. Aliás, houve mesmo quem tivesse contribuído generosamente para que estas Obras fossem possíveis e que hoje não estão a celebrar connosco deste lado da Vida, já que, entretanto, partiram para a eternidade. Estas não são obras para meia dúzia de anos. Este soalho não é para durar dez anos; no mínimo, é para durar cem, como o anterior. A intervenção profunda que os altares receberam (provavelmente, a primeira desta extensão e menor desde que foram feitos) não é para durar trinta anos, é para durar outros trezentos. Caros amigos, meninos e meninas e todos os jovens: estas Obras Jubilares não são para quem as fez e pagou, são para vós!

Foram feitas para que um dia possais passar aos vossos netos o que os vossos avós fizeram. E assim desvendamos a esperança mais profunda, o verdadeiro sonho que realmente moveu e move tão grandemente a nossa comunidade: a esperança de que, daqui a cem, duzentos ou trezentos anos a Igreja (com maiúscula) — simbolizada nesta igreja (com minúscula) — continuará aqui, anunciando Jesus, levando a verdade da Sua Palavra, o conforto dos Seus Sacramentos e a beleza do Seu Amor àqueles que aqui viverem. É o sonho de que, daqui a décadas e séculos, com estes mesmos altares e estas mesmas imagens como silenciosas testemunhas, com este mesmo chão a suportá-los e estes mesmos bancos a proporcionar-lhes alívio e conforto físico, continuarão a haver pessoas - vós

e os vossos descendentes - que aqui se reunirão para rezar, para construírem as suas vidas com Deus, a partir de Deus e orientados para Deus».

Terminada a celebração, houve tempo para uma sessão de esclarecimento conduzida pelos representantes da empresa de restauro. Durante este momento, foram explicadas de forma detalhada as várias etapas do processo de restauro dos dois altares colaterais, os materiais utilizados e os critérios de conservação aplicados. Foram dadas respostas adequadas às questões colocadas pelos participantes.

Seguiu-se um gesto simbólico: D. Roberto Mariz plantou uma oliveira no jardim junto à sacristia, assinalando o encerramento destas obras. Este acto singelo simboliza o crescimento, o renovo e a esperança, valores profundamente ligados à vida de uma comunidade cristã.

Finalmente, a comunidade reuniu-se no adro da Igreja para um agradável e fraternal convívio, onde foi servido pão doce, regueifa e Vinho do Porto. As comemorações prolongaram-se ao longo da tarde com uma surpresa especial, oferecida pelo Círculo Cultura e Democracia: um concerto por dois violinistas, cuja interpretação encantou todos os presentes. Deste modo, o dia encerrou-se num ambiente de beleza, arte e emoção.

Este foi, sem dúvida, um dia marcante para Santa Eulália de Arouca, vivido com fé, alegria e comunhão, que reforçou o cuidado pelo património religioso e cultural da freguesia e a certeza de que, unidos, é possível preservar a herança que liga gerações passadas, presentes e futuras.

Inf. Paróquia de Santa Eulália de Arouca